

CAPÍTULO 1 – TEOLOGIA

A teologia é a atividade mais importante que o homem pode desempenhar em toda a sua vida. Para justificar essa afirmação, veremos a natureza, a possibilidade e a necessidade da teologia.

1. A NATUREZA DA TEOLOGIA

Etimologicamente TEOLOGIA significa o estudo de Deus. Há dois sentidos para esse estudo, o ESTRITO e o AMPLO. Se o estudo restringir o seu escopo ao ser de Deus, temos o sentido estrito. Já o sentido amplo se preocupa em sistematizar as principais doutrinas bíblicas, incluindo a do ser de Deus.¹ Será o sentido usado adiante.²

A natureza da teologia é a verdade suprema, dado que Deus é supremo. Isso faz com que a teologia seja um fim em si mesma e a atividade humana mais importante (Jr 9:23,24).³ Ou seja, devemos buscar o conhecimento teológico como algo prioritário. Dessa forma, a teologia se autojustifica em valor, sendo o propósito supremo.^{4,5}

2. A POSSIBILIDADE DA TEOLOGIA

A possibilidade da teologia é algo que deve ser provado, pois Deus é espírito e, portanto, transcende o espaço-temporal humano (Jo 4:24). Como é possível alguém conhecer o que não pode ver? A resposta é que Deus se revelou ao homem, e isso de duas maneiras.

Primeiro, Deus se revelou a todo homem, sem exceção. É a REVELAÇÃO GERAL DE DEUS, que se subdivide em revelação geral EXTERNA e INTERNA. Além disso, Deus também se revelou apenas a alguns homens, que é a REVELAÇÃO ESPECIAL DE DEUS. Assim, as revelações geral e especial possibilitam a teologia, conforme abaixo.

A revelação geral externa é o conhecimento que Deus revelou no universo criado, cujas características testemunham acerca do Criador (Sl 19:1-4; Rm 1:19,20). Já a revelação geral interna é o

conhecimento que Deus revelou no coração do homem, criando-nos à sua própria imagem e inculcando em nós alguns dos seus atributos e mandamentos (Rm 2:14,15).⁶ Então, apesar da transcendência de Deus, há um ponto de contato inato entre Deus e os homens, que não nascemos uma tábula rasa. Na verdade, conhecemos a Deus antes mesmo de ter acesso a qualquer dado empírico pelas sensações.⁷

Deus impediu o homem de adquirir qualquer conhecimento adicional sobre si mesmo pela mera observação do universo (1 Co 1:21).⁸ Logo, por maior que seja o esforço humano em tentar buscar o saber de Deus por si só, não percebemos diretamente a revelação externa, nem dela inferimos logicamente nenhum aprendizado além da revelação interna. De outra forma, sozinho apenas tateamos no escuro (At 17:27). Assim, ao observar a criação (revelação externa), somente somos lembrados do que já nascemos sabendo sobre Deus (revelação interna), sem adquirir nenhuma informação nova.^{9,10,11,12}

O homem é pecador. Isso faz com que suprimamos natural e conscientemente o conhecimento inato de que somos lembrados como sendo verdadeiro (Rm 1:18-22).¹³ Mas como a revelação geral é indestrutível, esse conhecimento vem à tona em forma distorcida e idólatra de cosmovisões não cristãs (Rm 1:23). Em resposta, Deus derrama a sua ira sobre os rebeldes, tornando-os ainda mais loucos (Rm 1:24,26,28). E como a revelação geral carece de vários dados sobre Deus, como sobre a salvação pela fé em Jesus, sua única função é condenar o homem, tornando-nos indesculpáveis ante a Deus.^{14,15}

É aí que entra o segundo e último motivo pelo qual a teologia é possível, a saber, pela revelação especial, que é o conhecimento que Deus revelou somente a alguns homens nas palavras inspiradas das Escrituras (Dt 29:29).¹⁶ É a revelação verbal do conhecimento que Deus decidiu nos ensinar em adição à sua revelação geral, cujo conteúdo possui uma abrangência muito limitada. Por meio da Bíblia, Deus fornece informações novas, ricas e precisas sobre si mesmo e sobre o seu reino, como sobre a salvação pela fé em Jesus (2 Tm 3:14,15). Então, apesar de sermos pecadores e suprimirmos o que já

nascemos sabendo sobre Deus, agora é possível conhecê-lo de forma abundante. Basta crermos na pregação do evangelho e aprendermos o conhecimento bíblico por meio do estudo teológico continuado.¹⁷

Todo mundo possui uma cosmovisão. Literalmente, a palavra cosmovisão significa visão de mundo, sendo a lente por intermédio da qual interpretamos todas as coisas ao nosso redor. Por outro lado, tecnicamente cosmovisão significa um sistema de pensamento construído por meio de uma teia de proposições interligadas entre si.¹⁸ Algumas proposições desse sistema são mais importantes (principais/primárias) do que outras (subsidiárias/secundárias).¹⁹ Além disso, toda cosmovisão pressupõe e é construída a partir de (pelo menos) um axioma, que é o ponto de partida redutível a uma proposição que representa todo o conteúdo da cosmovisão. Portanto, a cosmovisão deve ser provada como verdadeira exclusivamente pelo seu próprio axioma, jamais por algo anterior ou diferente.²⁰

O axioma verdadeiro é provado como tal por sua natureza autojustificadora, isto é, por suprir todas as exigências impostas pela realidade (explícitas em sua descrição imediata e implícitas em seus pressupostos).²¹ Tais exigências são pré-condições lógicas que demonstram a possibilidade e a necessidade do axioma verdadeiro, tornando-o logicamente inegável e, assim, sendo logicamente falso qualquer um que a ele for contrário.²² Verifica-se isso analisando o axioma em sua função primordial, a saber, de servir de base para a construção da cosmovisão. Logo abaixo veremos três pré-condições necessárias ao axioma que se autojustifica, seguido pela análise prática de três axioma e suas respectivas cosmovisões: sensações (empirismo), ciência (cientificismo) e Bíblia (cristianismo):^{23,24}

1. Justificativa (“Por quê?”): prover informações em quantidade suficiente sobre todas as questões últimas (p.ex., metafísica, epistemologia e ética);²⁵
 - a. Sensações (empirismo): insuficientes, pois não justificam as pré-condições de inteligibilidade inatas, não possuem

poder de causação real, não são confiáveis e resultam em absurdo lógico e cultural nas questões éticas (2 Rs 3:22,23; Jo 12:28,29);^{26,27,28,29}

- b. Ciência (cientificismo): insuficiente, pois sempre depende das sensações dos cientistas;³⁰ e
 - c. Bíblia (cristianismo): suficiente, pois ensina coisas como a revelação geral, o ocasionalismo, o escrituralismo e a verdade nas definições éticas (Is 46:10; 2 Tm 3:14-17).^{31,32,33,34}
2. Validade (“Verdade?”): respeitar as leis da lógica, tanto em si mesmo (axioma) quanto nas informações das questões últimas (sem falácias nem contradições essenciais);^{35,36,37}
- a. Sensações (empirismo): inválidas, sempre dependendo de particulares (indução formalmente falaciosa) e de universais (contradição ao afirmar e negar a Bíblia);³⁸
 - b. Ciência (cientificismo): triplamente falaciosa, dependendo não apenas da sensação não confiável e da indução falaciosa, mas também da experimentação;³⁹ e
 - c. Bíblia (cristianismo): válida, pois respeita todas as leis da lógica, sem exceção, não contendo nenhuma falácia e nenhuma contradição (Jo 1:1; Rm 5:12).^{40,41}
3. Autoridade (“E daí?”): possuir as pré-condições de autoridade daquilo que afirma ser verdade, sem dependência explícita nem implícita de terceiros;⁴²
- a. Sensações (empirismo): irrelevantes, equivalendo a conversa de bar no final das contas;⁴³
 - b. Ciência (cientificismo): irrelevantes, pois também dependem de homens mortais;⁴⁴ e
 - c. Bíblia (cristianismo): relevante, uma vez que o próprio Deus infalível se autoafirma na Bíblia (Hb 6:10).^{45,46}

A Bíblia requer exclusividade em autoridade e verdade, contradizendo qualquer axioma não-cristão (Mt 28:18; Jo 14:6).⁴⁷ Nesse momento, surge uma guerra de axiomas e o cristão deverá defender a sua fé (apologética).⁴⁸ Há duas formas de apologética, a BÍBLICA e a EMPÍRICA, cada uma delas se subdividindo em outras duas, a positiva e a negativa (Pv 26:4,5).⁴⁹ A bíblica positiva é o próprio cristianismo.^{50,51,52,53} Por outro lado, a bíblica negativa é a demonstração de que o cristianismo é necessário até mesmo ao não-cristão.^{54,55,56} Já a empírica positiva sofre de todos os problemas do empirismo, embora seja a mais comum dentre os cristãos.⁵⁷ Quanto à empírica negativa, ela é a única maneira correta de utilizar e remir a apologética empírica.⁵⁸ Então, utilizando as armas que Deus nos concedeu, sempre venceremos todos os debates (2 Tm 3:16,17).⁵⁹

3. A NECESSIDADE DA TEOLOGIA

A teologia é necessária para o pensamento correto e para uma vida de retidão (Lc 10:42). Isso porque Deus é onipotente e autoritário, sendo quem define e governa todas as coisas. Dessa forma, todo homem deve pressupor teologia para praticar boas obras e agradar a Deus em fé, sendo impossível que isso aconteça sem um conhecimento adequado da Escritura Sagrada (1 Jo 4:7,8)⁶⁰.

Algumas pessoas negam que a teologia seja necessária, afirmando que apenas Deus o é. Contudo, a necessidade da teologia é a mesma que a de Deus, pois ela é o único meio pelo qual ele pode ser conhecido. E como Deus é necessário, segue-se que a teologia também o é. Assim, em vez de negar a sua necessidade devemos apenas distinguir a teologia bíblica/ortodoxa da falsa/heterodoxa.⁶¹

¹ “Doutrina” é o conjunto de proposições inter-relacionadas a um determinado tópico. Quando se trata de um assunto ensinado pela Bíblia, temos uma “doutrina bíblica”.

² Quando falamos de teologia em sentido amplo, referimo-nos à epistemologia, que significa o estudo do conhecimento (informação verdadeira e biblicamente justificada). Ou seja, o nosso foco, aqui, é o conhecimento no sentido epistemológico, por ser o que permite diferenciar infalivelmente a verdade bíblica daquilo que não nos interessa, a saber, da falsidade e da opinião. Falsidade é o que contraria o ensino bíblico, como afirmar que Jesus não é Deus, enquanto opinião é aquilo que a Bíblia não diz, nem que sim nem que não, como defender a terra plana ou o globo.

O estudo epistemológico mencionado anteriormente aborda o tema da justificativa da verdade de forma ampla, o que será detalhado na nota #21. Por outro lado, o aspecto mais restrito da epistemologia busca entender especificamente como o conhecimento acontece na realidade, sendo conhecido por metafísica aplicada à epistemologia. Para mais detalhes a respeito, vide a nota #33.

Ademais, a justificativa mencionada na definição de conhecimento (a verdade justificada) é a pública, qual seja a fornecida pela Bíblia para todos os homens (p.ex., a doutrina da salvação), e não a justificativa privada, que define o conhecimento privado. No conhecimento privado, apenas a base é publicamente fornecida pela Bíblia, não o conhecimento como tal, que é fornecido particularmente por Deus no próprio coração da pessoa (p.ex., a certeza da salvação). Falaremos mais a respeito quando da suficiência da Escritura, capítulo 2, tópico 8.

Também vale destacar que não nos interessa o conhecimento no sentido metafísico, e sim no sentido epistemológico. Isso porque o conhecimento no sentido metafísico se ocupa unicamente com a

natureza verdadeira da informação, sendo definido meramente como a informação verdadeira, não com a verdade que podemos justificar biblicamente (que é o nosso foco nesta sistemática). Ou seja, o conhecimento no sentido metafísico também engloba as opiniões, ainda que verdadeiras, e nós não conseguimos diferenciar, pela Bíblia, as opiniões verdadeiras das opiniões falsas.

³ Mais importante do que qualquer outro estudo, seja advocacia, medicina etc. é o estudo da teologia. Do contrário, advogados, médicos e juízes estariam justificados em não saber pregar o evangelho ou quem Deus é em seu ser. No entanto, um teólogo não peca ao não saber de leis específicas, por exemplo.

⁴ De fato, propósitos práticos e éticos são obrigatórios na vida do cristão. No entanto, tais propósitos são definidos e guiados pela teologia, que é superior. Sem ela sequer sabemos o que devemos fazer, e negar isso é anti-intelectualismo. Assim, embora as duas coisas sejam obrigatórias (a teologia e as obras), as obras só são possíveis por meio da teologia, confirmando que a teologia, de fato, é a atividade humana mais importante. Ademais, nem tudo o que é conhecido pode ser praticado de imediato, o que não diminui em nada o valor da teologia. Ou seja, se Deus revelou na Escritura, é relevante e devemos crer (e praticar).

⁵ Agora, a teologia tem um valor real somente se for feita por crentes verdadeiros, que verdadeiramente concordamos com o que a Bíblia diz. Isso porque a Escritura nos ensina que tudo o que não provém de fé é pecado, e que apenas a fé verdadeira necessariamente implica em boas obras (Rm 14:23; Tg 2:17). Portanto, o valor da teologia (informação verdadeira e biblicamente justificada) se concretiza com a fé (assentimento verdadeiro). Do contrário, pior será para quem o detém, pois conhecerá algo sem crer (nem praticar), aumentando, assim, a sua própria condenação.

⁶ A IMAGO DEI, ou imagem de Deus no homem (nosso espírito ou parte imaterial), inclui não somente o fator conhecimento, mas também, e principalmente, a razão ou lógica. Esses são os dois elementos que nos permitem comunicar com Deus.

O homem é um ser lógico pois é inteligente, tendo capacidade de pensar, ou seja, de processar, pelas leis da lógica, o conhecimento que possui (inato ou adquirido com o tempo). Ademais, e embora não saibamos o conteúdo exato do conhecimento inato, ele se subdivide em nuclear (necessário a qualquer pensamento) ou acessório (necessário em algumas situações), e em universal (aplicável a tudo o que existe) ou particular (aplicável a pessoas ou coisas específicas).

Para exemplificar o conhecimento nuclear universal, temos as categorias de tempo, espaço e causação, os conceitos de identidade, estabilidade, de certo e errado e ainda a verdade da existência de Deus. Por outro lado, nossa própria autoconsciência é um exemplo de conhecimento nuclear particular.

Também podemos ilustrar o conhecimento acessório universal, como a mortalidade do homem, algumas leis morais e que Deus providenciou um Salvador (embora não o seu nome nem que a salvação foi alcançada mediante sacrifício, morte e ressurreição). Quanto ao conhecimento acessório particular, podemos citar nossas preferências pessoais de alimentos, situações ou de temperaturas.

Por fim, relevante destacar que o conhecimento inato é específico o suficiente para fazer sentido apenas no cristianismo, contradizendo todas as outras religiões.

⁷ A lógica e o pensamento (informação processada) são coisas imateriais e ocorrem na alma, não no cérebro físico. Isso porque não se trata meramente de processar dados e gerar resultados literais,

como qualquer computador programado pelo homem é capaz de fazer.

Antes, envolve reflexão, compreensão e elaboração de raciocínios abstratos e complexos, sendo desnecessário qualquer tipo de motivação externa. Isso depende não apenas do mero uso, mas da própria presença em nossa mente de várias coisas imateriais, como da lógica.

Ademais, parte do conhecimento humano representa coisas não existentes de forma palpável, como a ética (informações não-empíricas). Assim, não deveria ser problema conhecer a Deus (espírito) antes de acessar a qualquer dado empírico nem mesmo para o empirista mais radical.

⁸ Na verdade, nenhuma informação (conhecimento ou opinião sobre Deus ou qualquer coisa) procede diretamente das sensações (visão, audição etc.), diferentemente do que ensina o empirismo (total ou parcial).

⁹ Esta é a primeira das duas funções das sensações, a saber, fornecer ocasião para o homem se lembrar do que já sabe anteriormente.

No caso em particular, significa que a observação da revelação externa (céu, mar, animais etc.) faz com que o homem apenas se lembre da revelação interna, aplicando-a ao caso concreto (p.ex., reconhecendo os atributos e mandamentos de Deus). Ou seja, a observação da criação jamais pode nos fornecer novas informações, seja desenvolvendo o conhecimento inato ou fornecendo qualquer outro tipo de informação não contemplada de forma inata.

Ademais, na nota #17 veremos que o aprendizado humano é justificado com base em Deus, nunca em nossas próprias sensações,

que podem apenas fornecer ocasião para Deus agir — é a segunda e última função que desempenham.

¹⁰ A lógica e uma determinada quantidade de conhecimento prévio são pré-condições de inteligibilidade, sendo as condições necessárias a qualquer pensamento verdadeiro, em todas as épocas. De outra forma, são os elementos-chave que permitem a correta interpretação do que está sendo sentido (visto, ouvido etc.), tornando possível a consequente lembrança e aprendizado (de um conhecimento ou de uma opinião).

A lógica, especificamente a lei da não-contradição (para dar apenas um exemplo), garante que afirmar algo significa automaticamente negar o seu oposto, de modo que X não pode ser não-X ao mesmo tempo e no mesmo sentido. Por outro lado, o conhecimento a priori garante que não chegaria um turbilhão de informações à mente humana, sem a menor maneira de organizá-las — do contrário, tudo seria completa loucura.

Portanto, na ausência da lógica e de uma determinada quantidade de conhecimento antes mesmo de qualquer sensação ou experiência, tudo seria inteligível e impossível de ser processado. Não haveria como justificar absolutamente nada. Sem a lei da não-contradição, por exemplo, “cachorro” poderia significar “gato”, “leão” ou “árvore”, não sendo minimamente possível haver qualquer significado.

Além disso, é imperativo lembrar que apenas o cristianismo justifica a inteligibilidade e a correta interpretação das coisas, pois apenas a fé cristã justifica a presença da lógica e do conhecimento prévio na mente humana — a imagem de Deus no homem e o ocasionalismo, conforme notas #6 e #32, respectivamente.

¹¹ Para que haja inteligibilidade e correta interpretação do que está sendo sentido (observado, ouvido etc.), o conhecimento prévio deve

abranjer o suficiente tanto da realidade em geral quanto da situação em particular.

O conhecimento da realidade em geral se refere a um conjunto de pressupostos e princípios que são necessários em todas as situações. Por exemplo, as categorias de tempo, causação e espaço, que possibilitam relacionar as coisas entre si, como uma semente se desenvolver em uma árvore. Também cito a categoria de identidade, que permite delimitar o início e o fim de cada coisa, agrupando-as com base em suas características iguais ou semelhantes, como um homem ser um homem e não várias moedas vermelhas, e vice-versa.

A categoria de estabilidade, por sua vez, garante que as coisas não mudem essencialmente, como um homem se transformando em um elefante do nada. Já os conceitos de certo e errado viabilizam definir o que deve ser feito e o que não deve ser feito. Por fim, temos a nossa própria autoconsciência como exemplo de conhecimento da realidade em geral, que nos capacita a saber quem somos, dando certeza de que somos uma pessoa e não outra coisa, como um animal.

Dada a natureza fundacional do conhecimento da realidade em geral, ele não pode ser aprendido com o decurso do tempo (tal qual ocorre com a pré-condição da lógica). Antes, deve ser inato na mente humana, sendo precisamente o conhecimento inato nuclear, seja universal ou particular (vide nota #6). Portanto, a lógica e o conhecimento prévio nuclear constituem as principais pré-condições de inteligibilidade, sendo necessárias em toda e qualquer situação.

Por outro lado, o conhecimento da situação específica refere-se ao que está sendo interpretado no momento, e sua necessidade varia de caso a caso. Embora uma parcela desse conhecimento esteja contida no conhecimento inato acessório (como alguns aspectos da

lei moral e a certeza da mortalidade humana), a maior parte é adquirida ao longo do tempo (como as regras de algum esporte).

Por exemplo, o conhecimento das regras específicas do futebol (algo obviamente não inato) é algo necessário para que haja a correta interpretação de uma partida. Ou seja, é insuficiente assistir a um jogo conhecendo apenas a realidade em geral, ou as regras de outro esporte — as interpretações certamente seriam equivocadas.

Dada a natureza circunstancial do conhecimento da situação específica, não sendo sempre necessário, ele faz parte das pré-condições de inteligibilidade variáveis. Na nota #32 veremos como o aprendizado humano é justificado, suprimindo as particularidades necessárias de cada caso, antes ou mesmo durante as sensações, mas sempre à parte delas por si mesmas (ocasionalismo).

¹² Para ilustrar a necessidade de um conhecimento prévio e como a mera observação não é capaz de fornecer nenhuma informação à mente humana, imaginemos alguém observando uma partida de futebol sem conhecer nada da realidade em geral nem do esporte em particular.

Feito isso, pergunto: sem a categoria de identidade, como saber que o gramado não é uma extensão dos próprios jogadores? E se não houver a categoria de estabilidade, como garantir que os jogadores não se transformarão, do nada, em elefantes? E na ausência da categoria de certo e errado, como aprender as normas específicas do futebol? E sem as regras específicas do futebol, como ter certeza de que os jogadores de linha não podem tocar a bola com a mão?

Esses são apenas alguns elementos que devemos pressupor quando assistimos a um jogo de futebol, sendo impostos e não derivados do ato em si da observação. Eu ainda poderia citar muitos outros exemplos, uma vez que as possibilidades são praticamente infinitas.

Talvez não percebamos, mas há muito por trás da inteligibilidade e da correta interpretação do universo e das coisas ao nosso redor.

Assim, se a pessoa não possuir um conhecimento prévio abrangente o suficiente (geral e particular), ela não entenderá nada de maneira necessária pela mera observação. Agora, vale destacar que mesmo um conhecimento prévio suficientemente abrangente não garante a correta interpretação, podendo haver supressão da verdade ou, ainda, falácias lógicas.

Por fim, a falta do conhecimento da situação em particular, como das regras do futebol no caso acima, pode ser suprida por explicação verbal durante a partida (embora o ideal seja antes). Pode ser suprida, digo, nunca por causalidade direta da própria sensação de ouvir a explicação, mas diretamente por Deus, conforme notas #8 e #32. Além disso, perceba que nos referimos apenas ao conhecimento da situação em particular, excluindo conhecimento da realidade em geral, que deve ser inato e jamais pode ser aprendido com o tempo.

¹³ Em outras palavras, todo homem conhece a Deus no sentido metafísico, dado que Deus colocou a sua verdade em nossos corações (revelação interna). Inclusive, posteriormente nos faz lembrar dessa verdade inata, tanto é que dizemos, às vezes involuntariamente, “meu Deus!” (revelação externa).

Agora, muitos não conhecem a Deus no sentido epistemológico, pois não conseguem justificar a verdade que possuem internamente (nem suas opiniões). Isso acontece porque essas pessoas negam (por terem crenças e ações antibíblicas) ou não conhecem a Bíblia, a fonte de todo o conhecimento (por não terem acesso ou não estudarem).

¹⁴ Assim, são três os fatores para que a função da revelação geral (externa + interna) seja somente de condenação, não de salvação.

Primeiro, a sensação com a revelação externa meramente nos lembra do conhecimento da revelação interna, não podendo fornecer novas informações. Segundo, naturalmente suprimimos a verdade pela mentira, pecando contra o conhecimento da revelação geral. E terceiro, a revelação geral não contempla a informação da salvação pela fé em Jesus, que é o único meio de salvar o homem.

Portanto, naturalmente e, por nós mesmos, de fato estamos fadados a ser condenados no inferno.

¹⁵ Então, por mais que a pessoa adquira diversas informações no decorrer da sua vida, ela ainda carecerá do mais importante — da informação do evangelho da salvação. Pois nenhuma ciência humana, nem mesmo a própria revelação geral, poderá fornecer a informação sobre Jesus, mas apenas a Bíblia, conforme veremos a seguir.

Além disso, a responsabilização de alguém ocorre simplesmente com a violação ou quebra da lei de Deus, independentemente de a pessoa conhecer ou não a lei. Contudo, se há o conhecimento da lei, a pena aumenta, tornando a pessoa indesculpável (Lc 12:47,48).

¹⁶ Alguns homens, digo, tantos quantos tiverem contato com a Bíblia.

Ademais, assim como a revelação geral interna (a lógica e o conhecimento inato) é uma pré-condição de inteligibilidade de revelação geral externa (do universo e da vida em geral, com suas peculiaridades), assim também o conhecimento e o uso de palavras (o principal dos signos) é uma pré-condição de inteligibilidade da revelação especial (além da imagem de Deus no homem, claro).

Do contrário, não haveria nenhum significado possível e nenhuma forma de receber informações de forma precisa e unívoca. Vide o exemplo do jogo de futebol na nota #12, onde a partida é ininteligível à pessoa que o assiste sem conhecer nenhuma regra e sem receber

nenhuma instrução verbal durante a partida. Ou seja, o ato em si de assistir não fornece nenhuma informação precisa, sendo necessário palavras para tanto.

¹⁷ Aqui vamos falar da segunda e última função das sensações, que está dentro do contexto maior do ocasionalismo, conforme nota #32.

Além de estimular a lembrança, as sensações também fornecem ocasião para Deus diretamente inserir novas informações na mente humana. Em outras palavras, as sensações estimulam a intuição daquilo que Deus, imediatamente, transmite aos nossos corações na ocasião das sensações, mas à parte delas por si mesmas.

Isso resume o ensino sobre linguística, que envolve aprender os atributos e as aparências das coisas, bem como o significado das palavras. Na hipótese de aprender a Bíblia, enquanto ela é lida ou ouvida Deus diretamente transmite o seu conteúdo à nossa mente, independente da nossa visão ou audição.

Este arranjo de sensação/ocasião e Deus/causa possibilita e facilita a construção do aprendizado, seja de um conhecimento (Bíblia) ou de uma opinião (regras de um jogo ou a ciência). Ou seja, é sempre Deus quem causa qualquer tipo de aprendizado.

Além disso, após o aprendizado (ou a mera lembrança), devemos agir com base no risco, que pode decorrer de um conhecimento ou de uma opinião. Por exemplo, mesmo o céu bastante nublado e escuro não sendo garantia de que vai chover (opinião), é razoável ficarmos próximos a um abrigo seguro (ação). Ora, se isso é verdade, infinitamente mais necessário que decidamos por Cristo (ação) tão logo ouvimos o evangelho (conhecimento)!

Em suma, as sensações podem apenas fornecer ocasião para o aprendizado (e a ação correspondente), que pode ser acurado desde que haja palavras nesta transferência de informações entre mentes.

¹⁸ O fato de todo mundo possuir uma cosmovisão significa que o conhecimento é necessário, devendo ser afirmado até mesmo na tentativa de ser negado. Ou seja, até mesmo quem alega não saber de nada já assume um certo conhecimento sobre algo, a saber, o de que não sabe de nada. É o famoso, “Só sei que nada sei”, ou equivalentes, como, “A verdade é subjetiva”, algo que já assume a objetividade da verdade (“É verdade objetiva que a verdade é subjetiva”).

Assim, uma cosmovisão que não justifica o conhecimento implica em ceticismo autocontraditório e se autodestrói. Ou seja, conhecimento continua sendo necessário, porém não nessas cosmovisões, que se tornam irrelevantes por não justificarem o conhecimento que pressupõem em seu conteúdo.

¹⁹ Vale lembrar do que dissemos no início sobre “doutrina”, que é o conjunto de proposições inter-relacionadas a um determinado tópico. Assim, enquanto as doutrinas principais são formadas pelas proposições principais, as proposições secundárias formam as doutrinas secundárias.

As doutrinas principais, também conhecidas como questões últimas, são fundamentais na construção de uma cosmovisão verdadeira, possuindo relevância positiva/direta na prova da veracidade de um axioma. Ou seja, são as verdadeiras responsáveis por manter a cosmovisão de pé — se um único pilar ruir, toda a cosmovisão também ruirá. Portanto, o axioma só poderá ser considerado verdadeiro se for capaz de fornecer informações suficientes para construir as doutrinas principais da cosmovisão. Exemplo de doutrinas principais: metafísica, epistemologia e ética.

Por outro lado, doutrinas como história, política e matemática são exemplos de doutrinas secundárias. Elas não tratam de assuntos centrais e, por isso, não podem ser utilizadas para construir uma cosmovisão verdadeira. Contudo, se apresentarem a mesma falácia ou contradição de uma doutrina principal, podem ser utilizadas de maneira negativa/indireta — para destruir a cosmovisão, provando que ela é falsa. Ou seja, as doutrinas secundárias funcionariam, na melhor das hipóteses, como meros indicadores de vício irreparável na essência da cosmovisão, comprometendo também o seu axioma. Argumentos que seguem essa linha destrutiva são comumente chamados de *ad hominem*, conforme veremos na nota #58.

²⁰ Também implica em ceticismo autocontraditório a cosmovisão que se apoia em explicações que nunca tem fim. Isso porque uma regressão infinita de justificativas jamais chegaria ao conhecimento que temos hoje, que seria o fim hipotético (impossível, pois). Assim, permanece a máxima de que a cosmovisão precisa começar em um lugar claro e definido, que é conhecido como axioma, primeiro princípio ou, ainda, autoridade máxima da cosmovisão.

Ademais, encontrar e explicitar o axioma do oponente é o primeiro e mais básico desafio da epistemologia no contexto de um debate entre cosmovisões (demonstração racional da verdade justificada). Isso deve ser óbvio, já que é do axioma que provém as doutrinas principais, contra as quais o opositor deve lançar seus argumentos na tentativa de provar a falsidade da cosmovisão. Por exemplo, dado que a Bíblia é o axioma cristão, é contra o que ela diz nas questões últimas que nossos oponentes devem argumentar caso queiram nos refutar e provar que a Bíblia é falsa.

Não adianta reclamar e atacar pontos irrelevantes do cristianismo (embora todo ele seja verdadeiro), e sim o próprio axioma cristão. Axioma cristão, digo, a Bíblia como tal, em sua integralidade, de Gênesis a Apocalipse, podendo ser representado e expresso pela

proposição, “a Bíblia é a verdade”, ou “a Bíblia é a Palavra infalível de Deus”.

²¹ O assunto trata sobre epistemologia propriamente dita (sentido amplo), ou como saber se algo é verdadeiro ou falso. Isso porque a natureza autojustificadora do axioma remete à justificativa das características ontológicas ou metafísicas da verdade. Ou seja, essas características não apenas devem estar presentes em todo e qualquer axioma verdadeiro, mas também ser racionalmente demonstradas.

Por exemplo, o axioma “Meu nome é Paulo Vicente” falharia em satisfazer os requisitos mínimos que são pressupostos de forma necessária por qualquer axioma verdadeiro, pois sequer daria condições de justificar a lei da não-contradição (“meu” ≠ “seu”). Por conseguinte, o axioma não supriria minimamente as condições exigidas e pressupostas por sua própria descrição imediata, se autocontradizendo e se autodestruindo logo de início.

O mesmo não ocorre com o axioma cristão, “A Bíblia é a Palavra infalível de Deus”, pois contém tudo o que um axioma exige para ser provado verdadeiro. Aliás, a Bíblia é o único axioma verdadeiro, logicamente inegável e, portanto, devendo ser afirmado até mesmo na tentativa de ser negado. Veremos mais a respeito em momento posterior.

²² Em certo sentido, o mesmo ocorre com a lei da não-contradição. Isto é, à semelhança do axioma verdadeiro, a lei da não-contradição também se autojustifica, sendo logicamente inegável e, portanto, devendo ser afirmada até mesmo por quem tentar negá-la. No entanto, como primeiro princípio ela seria insuficiente, pois não teria (nenhuma) informação para ser provada como verdadeira (teoria de epistemologia). Assim, embora necessária, a lei da não-contradição deve ser utilizada apenas como pré-condição, jamais

como próprio axioma — ela não contém nenhuma informação sobre as doutrinas principais.

²³ Se o axioma não for capaz de satisfazer todos esses critérios mínimos, sem exceção, ou se apresentar algum atributo sem justificativa, furtando de outro axioma, ele não será nem possível nem necessário. Portanto, o axioma não se autojustificará e poderá ser descartado imediatamente, sem a necessidade de uma análise mais aprofundada.

Ademais, é importante destacar que existem pontos de interseção entre as três pré-condições mencionadas, o que significa que elas não são totalmente independentes entre si. Isso justifica o motivo pelo qual alguns pontos são abordados várias vezes sob perspectivas diferentes, o que também auxilia na compreensão e aplicação.

²⁴ O cristianismo ensina que todo conhecimento provém da Bíblia. Já o empirismo, que todo conhecimento procede das sensações. Alguns empiristas são “softs” e acreditam que apenas parte de seu conhecimento procede das sensações (devendo justificar, pelas próprias sensações, quais partes procedem e quais não). Por fim, o cientificista acredita que todo conhecimento decorre da ciência. Dito isso, a seguir compararemos o axioma de cada uma dessas cosmovisões, de modo que conseguiremos analisar a própria cosmovisão em si.

²⁵ Por questões últimas refiro-me aos pressupostos, premissas e suposições que são necessárias para todos os aspectos do pensamento e da vida. Ou seja, são as informações que compõem as doutrinas mais importantes de uma cosmovisão, sem as quais nenhum significado é possível — isto é, as doutrinas principais, conforme nota #19.

Todo axioma pressupõe que todas as questões últimas já foram respondidas, sendo o movimento seguinte confirmar se isso de fato procede. Assim, todo axioma deve conter uma quantidade suficiente de informações para construir o seu próprio sistema, respondendo a todas essas questões.

Por exemplo, questões sobre metafísica (como todas as coisas ocorrem na realidade, ou qual a fonte de poder para que elas aconteçam?), epistemologia (digo, epistemologia em sentido estrito, ou metafísica aplicada à epistemologia, que estuda como o conhecimento acontece na realidade?) e ética (por que seguir um padrão de ética e não outro?).

Para fazer uma comparação, na metafísica Deus faz com que a mente imaterial (pensamento) controle o corpo físico, resolvendo a relação mente>corpo. Já na epistemologia (sentido estrito) Deus concede conhecimento à mente na ocasião das sensações, resolvendo a relação corpo>mente. Vale notar que metafísica não tem nada a ver com algo ser verdadeiro ou falso (epistemologia) nem bom ou mau (ética), e sim sobre como as coisas acontecem. Supor o oposto seria uma falácia categórica, misturando os níveis metafísico e relacional.

Como já dito anteriormente, um axioma como “Meu nome é Paulo Vicente” é muito estreito e insuficiente para justificar até mesmo os pressupostos universais mais elementares. Então, o axioma que se autojustifica precisa fornecer essas informações, conforme se segue.

²⁶ Nesta nota e na próxima abordaremos o tópico da metafísica propriamente dita. Na presente nota em específico focaremos na metafísica aplicada às principais pré-condições de inteligibilidade, que são necessárias em toda e qualquer situação.

As sensações pressupõem diversas pré-condições que devem ser inatas na mente humana, não podendo ser aprendidas ao longo do

tempo (muito menos pelas próprias sensações). Isso por causa da natureza elementar dessas pré-condições, sendo necessárias antes mesmo de qualquer sensação ou experiência. Ou seja, tudo será ininteligível e completa loucura se faltar qualquer uma delas.

Considerando que já discutimos a necessidade dessas pré-condições de forma detalhada nas notas #6 a #12, agora nos limitaremos a exemplificá-las: a lógica (p.ex., a lei da não-contradição) e o conhecimento prévio nuclear (p.ex., as categorias de tempo, espaço, identidade e estabilidade, e nossa própria autoconsciência). Apenas o cristianismo justifica essas pré-condições (a imagem de Deus).

Quanto às pré-condições que não são principais, mas variáveis, sendo necessárias a depender da situação, também já abordamos esse tema nas notas supracitadas. Assim, por ora também apenas daremos alguns exemplos: o conhecimento prévio acessório, seja inato (p.ex., algumas leis morais e a mortalidade humana) ou aprendido com o tempo (p.ex., questões diversas da vida). Da mesma forma, somente o cristianismo justifica essas pré-condições, seja pela imagem de Deus (as que são inatas) ou pelo ocasionalismo (as demais, conforme veremos na nota subsequente).

Portanto, o empirismo não responde as questões de metafísica sobre como as principais pré-condições de inteligibilidade acontecem na realidade (e variáveis também não, conforme veremos abaixo). Apenas o cristianismo é capaz, conforme nota #31.

²⁷ Ainda sobre metafísica propriamente dita, nesta nota abordaremos sua aplicação ao pensamento em geral, seja de uma mera lembrança ou de um aprendizado (o que forneceria as pré-condições de inteligibilidade variáveis).

Dito isso, afirmamos que as sensações não possuem poder de causação real para fornecer nenhum pensamento à mente humana,

dependendo totalmente de Deus para tanto. E isso por, pelo menos, três motivos, conforme abaixo.

Em primeiro lugar, só Deus é onipotente e soberano, não dividindo o seu poder e controle com ninguém. Veremos mais a respeito quando dos atributos da onipotência (17) e soberania (21) de Deus, capítulo 3, tópico 2 desta sistemática.

Em segundo lugar, uma sensação não passa de uma sensação — a mera "capacidade" de um órgão ver, ouvir etc. Qualquer coisa além disso é interpretação, que requer uma explicação (discutiremos a respeito quando abordarmos epistemologia em sentido estrito, na próxima nota).

Em terceiro e último lugar, os órgãos dos sentidos são materiais e residem no corpo, enquanto o pensamento é imaterial e habita na mente. Como algo físico (olhos, ouvidos etc.) pode causar algo não-físico (pensamento)? Misturar as categorias material e imaterial sem um motivo razoável incorreria em falácia categórica!

Alguns tentam resolver essa questão afirmando que o pensamento habita no cérebro. No entanto, o problema ainda persiste: como o imaterial pode habitar no material? Desafio qualquer um a provar isso através de silogismos e argumentos sólidos e válidos. Mas como tal demonstração é impossível e ninguém pode realizá-la, conclui-se que o pensamento, na verdade, é uma função da alma, não do cérebro — apenas uma mente consciente e criativa é capaz de pensar.

Além disso, a presença da mente é a principal diferença entre um homem vivo e um homem morto, coisa que os empiristas jamais conseguirão confirmar (consulte mais detalhes no capítulo 4, sobre o homem). Em outras palavras, o pensamento transcende a matéria e não pode acontecer em um cérebro físico — se abrirmos um cérebro, não encontraremos nenhum pensamento por lá! Sem dizer

que o pensamento pressupõe o uso de vários conceitos imateriais, como da lógica, conforme já vimos na nota #7.

Portanto, o empirismo não responde as questões de metafísica sobre como qualquer pensamento acontece na realidade. Apenas o ocasionalismo é capaz disso, como explicitado na nota #32. Quando utilizamos a expressão “ler para aprender”, por exemplo, não estamos atribuindo causa metafísica à visão ou à leitura em si mesma, e sim pressupondo que Deus utiliza este momento para nos transmitir informações.

²⁸ Sobre epistemologia (sentido estrito, ou metafísica aplicada à epistemologia), que estuda como o conhecimento acontece na realidade (pensamento verdadeiro e justificado), as sensações (e intuições humanas) não são confiáveis para justificar nenhum pensamento verdadeiro, sendo, antes, duvidosas e falíveis.

Isso ocorre porque Deus pode causar (e frequentemente causa) pensamentos falsos e ilusórios na ocasião em que também causa as sensações, utilizando diversas situações para isso. Por exemplo, a baixa luminosidade do local, a distância do objeto ou mesmo uma simples emoção podem afetar negativamente as premissas utilizadas. Além disso, mesmo que tais situações não afetem a veracidade das premissas, interpretações erradas ainda podem surgir devido à supressão da verdade ou a falácias lógicas.

Agora, Deus geralmente correlaciona os eventos “sentir” e “pensar” entre si. Ou seja, Deus normalmente causa uma sensação e, em seguida, causa um pensamento correspondente (lembança ou aprendizado). No entanto, note que isso é mera correlação temporal, não causação real, que é meramente aparente. Além disso, nem mesmo essa correlação é algo necessário, sendo cada evento uma ocorrência totalmente independente. Assim, embora Deus tenha

estabelecido padrões pelos quais ele controla o universo, é ele quem os mantém a cada instante, conforme sua providência ordinária.

Por exemplo, quando olho para um carro vermelho, o pensamento sobre um carro vermelho vem à minha mente não por causa da minha própria visão. Antes, minha visão apenas forneceu ocasião para Deus causar o pensamento sobre o carro vermelho. No entanto, Deus poderia ter causado que eu pensasse em um elefante azul, ou mesmo sequer ter causado pensamento algum. Isso porque correlação não é causação, e a sensação não é causa real do pensamento, apenas aparente. A sensação não consegue garantir a existência de um único pensamento, muito menos do pensamento exatamente sobre o que estava na minha frente. Assim, ainda que normalmente acontecendo na mesma ocasião e possuindo certa correspondência entre si, nem sempre percebemos o que está diante de nós, e às vezes inclusive nos equivocamos sobre isso.

Como podemos ter certeza de que estamos corretos quando, muitas vezes, nossos sentidos nos enganam? Ainda, como podemos saber que não estamos em um sonho, pensando ilusões? Assim como demonstramos acima, a correlação entre os eventos "sentir" e "pensar" nem sempre é possível e verdadeira. Discordar disso sem uma boa justificativa seria tanto arbitrário quanto circular, pois talvez estejamos em um mundo puramente mental, como num sonho, e toda a minha cosmovisão ainda permaneceria intacta. Ou seja, até mesmo a existência de um mundo físico precisa de uma justificativa, que deve vir à parte das próprias sensações, que não são confiáveis.

É por isso que até mesmo os particulares a partir dos quais se inicia o raciocínio (indutivo) são duvidosos — não é só porque acho que vi X que, de fato, há X no mundo real diante de mim. Além disso, digo “particulares” porque as sensações só acessam particulares, que é o que está diante de nós, forçando o raciocínio indutivo e falacioso, conforme veremos na próxima característica do axioma, a validade.

Portanto, além das questões de metafísica propriamente dita (não justificam as pré-condições de inteligibilidade e não possuem poder de causação real), o empirismo também não responde as questões de epistemologia em sentido estrito, não podendo justificar a ocorrência de nenhum pensamento verdadeiro na mente humana.

²⁹ Sobre ética, as definições com base nas sensações (e na autonomia humana) resultam em absurdo lógico e cultural. Vejamos.

Primeiro, a ética só pode existir de forma objetiva, única e aplicável sobre todas as pessoas. Isso porque a moral subjetiva é algo contraditório — a ética subjetiva já pressupõe a ética absoluta, ou seja, que deve haver uma ética universal anterior que define que a ética varia de pessoa para pessoa. Assim, estabelecida a existência da moral, temos que ela, por definição, é necessariamente objetiva, sendo um absurdo lógico supor uma moral subjetiva.

Sem dizer dos absurdos culturais de uma ética relativa, todos resultantes do absurdo lógico supracitado. Por exemplo, não haveria como saber qual ética obedecer e nenhuma razão para se ofender com a ética alheia — afinal, cada um possuiria sua própria moral, sendo legítimas todas as práticas humanas, ainda que assassinas, adúlteras etc. Assim, uma ética relativa também implicaria em absurdo cultural, que seria consequência do absurdo lógico.

É verdade que a ética admite certa liberdade ou subjetividade em definições de importância relativa. Por exemplo, condôminos podem definir as regras internas do condomínio como preferirem, o que deve ser respeitado por todos os moradores. Contudo, mesmo esse elemento subjetivo pressupõe um padrão objetivo anterior que conceda tal possibilidade, e isso desde que não contradiga nenhuma das normas prévias absolutas, aplicáveis sobre todos. Isso se aplica aos votos pessoais, que vinculam apenas aqueles que os fizeram.

Assim, além das questões sobre metafísica propriamente dita e sobre epistemologia em sentido estrito, as sensações também não respondem as questões relacionadas às definições éticas, implicando em absurdo lógico e cultural. Apenas o cristianismo resolve essas questões, conforme veremos na nota #34.

³⁰ Isto é, independentemente do campo (metafísica, epistemologia, ética ou qualquer outro), a ciência não é capaz de fornecer informações suficientes para justificar nenhum axioma. Isso se deve ao fato de que ela depende invariavelmente das sensações dos cientistas, sendo sempre limitada pelos mesmos problemas do empirismo, conforme notas #26 a #29.

³¹ Nesta nota abordaremos o tópico da metafísica propriamente dita, justificando como possuímos as principais pré-condições de inteligibilidade em nossa mente. Essa nota corrige o problema do empirismo registrado na nota #26.

A Bíblia afirma que Deus já nos criou com todas as principais pré-condições de inteligibilidade “de fábrica”. Ou seja, elas vieram antes de qualquer sensação ou experiência, sem nenhum esforço ou decisão de nossa parte. Não houve nada em nós mesmos que as justificasse em nossa mente. Antes, simplesmente as recebemos de forma inata. Assim, justificamos as principais pré-condições de inteligibilidade no ensino bíblico de que fomos criados à imagem de Deus, ou seja, lógicos e com o conhecimento prévio nuclear inato.

Falamos disso nas notas #6 a #12, sendo recomendado reler tais notas para uma melhor compreensão.

³² Nesta nota também abordaremos o tópico da metafísica propriamente dita, porém com um foco no pensamento em geral. Ou seja, aqui corrigiremos o problema do empirismo apontado na nota

#27, justificando como ocorre a lembrança e o aprendizado (que fornece as pré-condições de inteligibilidade variáveis).

A Bíblia ensina que só Deus é onipotente e soberano, conforme capítulo 3, tópico 2 desta sistemática. Apenas Deus possui poder de causação real, controlando diretamente todas as coisas. Assim, não importa se tenho uma sensação e, em seguida, um pensamento, como se isso minasse o poder de Deus. Antes, o ensino consistente com a Escritura é o de que Deus causa diretamente tanto um evento quanto outro. Não há outra forma de aplicar a onipotência e a soberania de Deus ao pensamento em geral a não ser pelo fato de que somos totalmente dependentes dele, até para sentir e pensar.

No exemplo do jogo de futebol citado nas notas #11 e #12, quando alguém nos explica as regras do esporte (ou as lemos), Deus imediatamente nos concede o aprendizado (ou simplesmente nos lembra do que já sabemos). Isso fornece as pré-condições de inteligibilidade variáveis que são necessárias para interpretarmos corretamente a partida, suprimindo as informações faltantes. Assim, o entendimento correto da situação em questão se torna possível, pois Deus faz isso acontecer, ainda que no momento das sensações, mas nunca por causação real delas em si mesmas.

Para ilustrar como isso acontece na prática, e como utilizamos essa linguagem mais do que imaginamos, analisemos um jogo de xadrez, onde há dois “níveis” de realidade quanto à descrição dos eventos:

(A) a ação dos jogadores, onde “cavalo captura peão” significa “jogador faz cavalo capturar peão” (analogamente, este seria o nível metafísico, onde Deus faz tudo — p.ex., faz as pessoas agirem); e

(B) a relação das peças entre si, onde “cavalo captura peão” de fato significa “cavalo captura peão”, o que só não seria loucura se pressupormos a ação do jogador (analogamente, este seria o nível

relacional, onde pressupomos que as criaturas fazem coisas por total dependência de Deus).

No exemplo acima do xadrez, o agente ou a causa real de tudo é um só, Deus, ainda que, no nível relacional (B), não o pareça, pois Deus faz uma relação entre os eventos ou as coisas criadas. Contudo, note que o primeiro evento é mera causa aparente do segundo, de modo que o termo “causa secundária” não faz sentido nem mesmo no nível relacional. Nesse aspecto (aparente), a “causa” seria “primária”.

É precisamente sob essa base relativa às coisas criadas, ou no âmbito da correlação, que afirmamos interpretar e aprender várias coisas “pelas” sensações. Ou seja, devemos “ler” para “aprender” apenas no sentido de que Deus normalmente nos fornece novas informações na ocasião da leitura, não porque nossas próprias sensações possuem poder de causação real. A leitura não pode causar ou garantir o aprendizado, tanto que há muitos burros diplomados e doutores, inclusive negando a própria Bíblia, fonte de todo o conhecimento.

Em resumo, Deus é a única fonte de energia real do universo, controlando todos os aspectos da sua criação conforme sua própria vontade. Esse arranjo de sensação/ocasião e Deus/causa é o que ensina a doutrina do OCASIONALISMO, possibilitando e facilitando a relação entre os eventos, mas à parte deles por si mesmos. Essa também é a base para a linguística, conforme vimos na nota #17.

³³ Sobre epistemologia (sentido estrito, ou metafísica aplicada à epistemologia), que estuda como o conhecimento acontece na realidade, a Bíblia ensina que é Deus quem diretamente nos fornece conhecimento na ocasião em que lemos ou ouvimos a Escritura (ou ensinamos correlatos). Ou seja, dado que já superamos as questões metafísicas anteriores e reconhecemos ser Deus quem diretamente causa todas as coisas, incluindo as sensações e os pensamentos humanos, em seguida precisamos de uma referência objetivamente

confiável fora de nós mesmos para dizer quando o nosso pensamento é ou não é um conhecimento. Aqui corrigiremos o problema apontado do empirismo na nota #28.

Esse padrão é a Bíblia, pois ela é possível e verdadeira. Possível porque não há objetivamente nenhuma impossibilidade fática ou lógica em Deus inspirar homens para registrar a sua verdade em palavras e, em seguida, com todos os seus atributos, incluindo onipotência e soberania, nos fornecer esse conhecimento quando lemos a Bíblia (epistemologia em sentido estrito). E verdadeira porque a Bíblia se autojustifica como axioma, ou seja, possui todas as características de um ponto de partida que supre as exigências impostas pela realidade para a verdade, a saber, abrangência, validade e autoridade (epistemologia em sentido amplo).

Então, tal qual a lei da não contradição, a Bíblia é logicamente inegável, devendo ser afirmada até mesmo na tentativa de ser negada. Por exemplo, à parte de Deus e da Bíblia, como explicar as pré-condições de inteligibilidade? Como justificar a ocorrência de um simples pensamento na mente humana? Como diferenciar o que é verdade do que é falsidade ou opinião? Como justificar a verdade nos padrões éticos utilizados? Como justificar a validade e a autoridade dos nossos pensamentos, sejam universais ou particulares? Todas essas questões só são justificadas pela Bíblia, e isso na ocasião em que o nosso pensamento a alcança.

Por mais que aprendamos a Bíblia na ocasião das sensações (correlação, não causação), não a atestamos por nossas sensações. Antes, ela é objetivamente verdadeira mesmo se tivéssemos em um sonho, ou que não houvesse nenhum homem, nenhuma sensação e nenhum conhecimento inato. Ou seja, a Bíblia independe dos nossos sentidos em termos metafísicos, não sendo atingida por nenhum dos problemas mortais do empirismo, das sensações e da indução (veremos na próxima nota). Então, o ponto é apenas crescer cada vez

mais em hermenêutica e lógica, para que a Bíblia de fato esteja em nossa mente, não a falsidade ou nossas próprias opiniões.

Essa visão exclusivista de que o conhecimento (verdade justificada) está contido somente na Bíblia é precisamente o ensino do escrituralismo, conforme veremos na nota #51.

³⁴ Sobre ética, a Bíblia ensina que a ética é necessária (somos seres morais) e objetiva/absoluta (única e aplicável sobre todos), e não arbitrária (pode ou não existir) e subjetiva/relativa (é definida de pessoa para pessoa). De fato, a Bíblia é a única forma de emergir o homem do absurdo lógico e cultural de uma ética arbitrária e relativa, resolvendo os problemas do empirismo apontados na nota #29.

Por ser necessariamente objetiva (sendo uma contradição supor o oposto), a ética precisa ser justificada com autoridade. Isto é, o legislador e julgador das leis morais precisa, pelo menos, de justiça para definir o bem e o mal, de onisciência para separar os obedientes dos desobedientes e de soberania para punir os maus e recompensar os bons.

Sem justiça, que moral alguém teria para definir o certo e o errado? Sem onisciência, como descobrir verdadeiramente quem obedeceu e quem não obedeceu no coração (ou seja, quando ninguém estiver vendo)? E sem soberania, como impor sua vontade sobre outrem, seja para o bem ou para o mal?

Nós não possuímos esses atributos essenciais para justificar uma ética objetiva, nem nessa vida nem na vindoura. Ou seja, jamais podemos nos atrever em tentar ser o padrão objetivo para a ética — isso é impossível aos homens. Antes, a Bíblia é o nosso firme fundamento para todas as verdades, incluindo para as verdades nas definições éticas. Jamais devemos nos fundamentar em achismos!

Deus nos criou seres morais e é o padrão objetivo das definições éticas. Não somos meros animais agindo por instinto, nem somos nós mesmos os definidores do certo e do errado. Antes, é Deus quem define a ética, punindo os maus e recompensando os bons, e a sua Palavra é o único padrão objetivo da verdade. Somente a Bíblia se autojustifica e confirma a norma da lei moral intrinsecamente gravada no nosso coração, preenchendo a categoria de ética que também já nascemos sabendo.

O Deus cristão é justo, onisciente e soberano, sendo a autoridade máxima suprema que não apenas define, mas que também dá cabo às consequências da obediência e da desobediência. Assim, apenas a cosmovisão cristã responde as questões éticas, definindo o que podemos e devemos ou não fazer. Vide mais a respeito no capítulo 2, tópicos 1 e 2, respetivamente, sobre o argumento moral e o atributo da justiça de Deus.

³⁵ Embora possa haver validade sem verdade, não pode haver verdade sem validade. Assim, devemos justificar a validade das informações que utilizamos nas questões últimas por meio de argumentos sólidos que respeitem as leis da lógica. Ou seja, precisamos demonstrar a racionalidade dos particulares e universais presentes em nossa visão de mundo, e isso de duas formas: sem falácias nem contradições lógicas essenciais.

Inicialmente, vale destacar que os particulares são proposições com aplicação limitada (p.ex., “João está aqui”), enquanto os universais possuem aplicação abrangente (p.ex., “Todo homem é mortal”). Assim, não pode haver nenhuma falácia e nenhuma contradição nas premissas e conclusões dos argumentos utilizados para justificar a essência do que cremos. Caso contrário, o pensamento em questão se tornará ilógico de forma irreparável, devendo ser descartado de imediato quanto à tentativa de justificar a validade do axioma.

Observe também que as falácias e contradições que invalidam o axioma como um todo devem ser essenciais. Ou seja, precisam ir de encontro ao próprio axioma (o início pressuposto da cosmovisão) ou às suas doutrinas principais (aquelas que sustentam a cosmovisão). É evidente que o axioma não pode conter falácias nem contradições de nenhuma natureza. Contudo, não haverá problemas fundacionais caso ocorram de forma acessória, como nas doutrinas secundárias (p.ex., política). A exceção acontece quando o mesmo vício também faz parte de uma doutrina principal. Na nota #19 já vimos sobre isso.

Portanto, em resumo, o axioma válido é aquele que afirma a Bíblia como Palavra infalível de Deus, tanto diretamente (simplesmente crendo no que a Bíblia diz) quanto indiretamente (raciocinando a partir das premissas bíblicas, quando necessário). Contudo, em ambos os casos não pode haver nenhuma falácia nem contradição essencial, conforme veremos nas duas notas subsequentes.

³⁶ Sobre as falácias lógicas, temos que, essencialmente, há apenas dois tipos de raciocínio, o indutivo e o dedutivo. Se o raciocínio partir de particulares para universais, temos o raciocínio indutivo. Por exemplo: Premissa 1, “João é homem”; Premissa 2, “João é mortal”; Conclusão, “Todo homem é mortal”. Por outro lado, se fizermos o oposto do processo, começando de universais para particulares, temos a dedução. Por exemplo: Premissa 1, “Todo homem é mortal”; Premissa 2, “João é homem”; Conclusão, “João é mortal”.

Note que a indução é formalmente falaciosa — isto é, percebemos sua invalidade apenas analisando a estrutura desnecessária do argumento, pois não necessariamente todos os homens morrerão simplesmente porque alguns homens já morreram, ainda que muitos. Ou seja, o passado não justifica o futuro. Agora, na dedução, a conclusão de fato procede necessariamente das premissas, sendo o único método válido de raciocínio. Assim, devemos descartar a

indução e nos apegar exclusivamente à dedução. Pensar validamente significa pensar de forma dedutiva, não indutiva.

Além disso, o termo “prova”, no sentido técnico, envolve argumentar a partir de universais para particulares. E como o axioma, por definição, é o próprio início pressuposto da cosmovisão, segue-se que o termo “prova” não se aplica a ele, sendo o axioma tecnicamente improvável. Ou seja, o axioma não pode estar contido nem ser suposto por nenhuma de suas premissas, não podendo, portanto, ser provado como verdadeiro por ser a conclusão de um argumento dedutivo. Seria tanto contraditório quanto inválido (circular) supor o oposto e tentar provar a veracidade de um axioma por dedução.

Exemplo de argumento falacioso na tentativa de provar o axioma cristão: Premissa 1, “Tudo o que Deus diz é infalível”; Premissa 2, “A Bíblia é a Palavra de Deus”; Conclusão, “Portanto, a Bíblia é a Palavra infalível de Deus”. Ora, o axioma bíblico já foi assumido como verdadeiro na premissa, não podendo sê-lo também na conclusão. Por outro lado, com as doutrinas do axioma acontece o exato oposto. Ou seja, é precisamente no sentido técnico que elas são provadas como verdadeiras, a saber, por argumentos que vão de universais a particulares (ou simplesmente por dedução). Assim, a dedução prova a veracidade de um axioma somente de forma indireta, dado que, diretamente, prova a veracidade apenas de suas doutrinas.

Agora, o axioma verdadeiro ser tecnicamente improvável não significa que ele seja irracional ou que não possa ser racionalmente defendido, justamente porque o axioma verdadeiro se autojustifica. Ou seja, o axioma verdadeiro é logicamente inegável, possuindo condições de ser publicamente demonstrado como possível e necessário (inclusive por encontrar suas doutrinas por dedução). É por isso que devemos enfatizar a natureza autojustificadora do primeiro princípio e como ele exclui logicamente todos os demais, não que ele é tecnicamente improvável. Digo, o axioma verdadeiro

não é nem se parece arbitrário no sentido lógico, apenas no de relevância, ou de que a autoridade para ele ser verdadeiro vem apenas dele mesmo, jamais de algo anterior ou diferente (veremos isso a seguir, na terceira pré-condição). Nesse sentido que se diz que o axioma é verdadeiro meramente porque é verdadeiro.

O ponto é que, se o axioma for mesmo verdadeiro, basta prová-lo, e essa prova é o que realmente importa na teologia pública. Quero dizer, é desnecessário e inútil ficar repetindo publicamente que o axioma é verdadeiro meramente porque é verdadeiro. Apenas num espectro privado é possível conhecer e crer em algo sem saber como prová-lo publicamente (apesar de a Bíblia ser a base pública para a existência do conhecimento privado). Mas isso é irrelevante aqui. Para mais detalhes, vide tópico 8, capítulo 2, suficiência da Escritura.

Assim, em resumo, o primeiro ponto de um axioma válido é que ele não deve conter falácias em sua própria descrição imediata nem mesmo em suas doutrinas principais. A circularidade e a indução são exemplos de falácias que condenam o axioma à invalidade fatal.

³⁷ Sobre as contradições, também não há que se falar em axioma válido se ele for contraditório em sua essência. Isso porque afirmar algo automaticamente implica em negar o oposto do afirmado, e uma contradição ignora essa regra básica (equivalendo a nada, que não pode ser entendido, e sim o algo). Logo, um axioma que se contradiz em sua base não tem nada a apresentar, fazendo ruir toda a sua cosmovisão em ceticismo autocontraditório (“Só sei que nada sei”).

É o que dissemos no início sobre a lei da não-contradição, que se autojustifica em um certo sentido, a saber, o de que deve ser afirmada até mesmo na tentativa de ser negada. Contudo, dado que não contém nenhuma informação, ela é insuficiente para servir como um axioma, servindo apenas como pré-condição necessária de validade. É exatamente sobre isso que estamos tratando aqui.

Por exemplo, é essencialmente inválido um axioma que fornece uma metafísica contrária à sua epistemologia, ou uma epistemologia que contradiz a sua ética. Claro, essas são doutrinas principais e, como tais, devem ser totalmente coerentes entre si. Semelhantemente, é mortalmente inválido o axioma que depende de terceiros para responder as questões de metafísica, epistemologia ou de ética. Ora, o axioma é o início da cosmovisão, devendo operar de forma independente. Daí porque dissemos que o primeiro desafio da apologética é encontrar o axioma do oponente, conforme nota #20.

Então, para que o axioma seja realmente válido, ele deve não apenas ser livre de falácias em sua essência, mas também de contradições.

³⁸ A sensação sempre depende da indução porque acessa apenas particulares, que são as partes da realidade presentes no momento — é o que está sendo visto, ouvido etc. Como vimos anteriormente, a indução é sempre uma falácia formal, e a sua invalidade pode ser percebida ao analisar a estrutura desnecessária ou arbitrária do argumento. Portanto, é falaciosa toda cosmovisão que dependa da indução para justificar os dados utilizados nas questões últimas.

Além disso, o empirista também entra em contradição essencial em suas interpretações. Isso porque, por um lado, ele sempre depende de particulares (explicitamente, conforme acima), mas, por outro, sempre depende de universais (implicitamente, conforme nota #26). Ou seja, por mais que concedamos que as sensações conseguem alcançar os particulares que estão diante delas, tais particulares pressupõem universais (pré-condições de inteligibilidade,). Como justificá-los se as sensações acessam exclusivamente particulares?

Além da própria lógica e de categorias como tempo e espaço, todas as chamadas "leis naturais" são absolutamente injustificáveis sob o empirismo. Por exemplo, a mortalidade humana, a gravidade, a uniformidade da natureza, e assim por diante. Assim, para o

empirista, tudo se resume a meros achismos, pressupondo princípios que só podem ser justificados no cristianismo. Ou seja, o empirismo consegue afirmar e negar a Escritura ao mesmo tempo.

Por exemplo, a opinião de que “Há um carro na minha frente” só é possível após justificarmos como aprendemos as categorias de identidade e estabilidade. Como os empiristas aprenderam isso? E como aprenderam a informação sobre o que é um “carro”? São questões universais, aplicáveis em qualquer local e época. A pessoa aprendeu tais universais por meio das sensações? Ora, as sensações dependem circularmente delas mesmas, e o raciocínio a partir das sensações é sempre inválido, pois sempre depende da indução.

Assim, fica claro que o empirismo não pode se autojustificar quanto à validade, pois contém falácias e contradições essenciais.

³⁹ A dependência da ciência em relação a sensações não confiáveis e à indução falaciosa é facilmente perceptível, pois sempre se ancora nas sensações dos cientistas, limitadas a particulares. Portanto, a ciência é inerentemente falaciosa e contraditória, sofrendo de todas as deficiências do empirismo explicitadas anteriormente. Além disso, a ciência sempre depende da experimentação, que consiste na falácia de afirmar sistematicamente o consequente.

Essa falácia pressupõe que é possível identificar uma causa apenas conhecendo o seu efeito, quando, na verdade, o efeito encontrado pode ter sido resultado de vários outros fatores. Para ilustrar, o método científico opera da seguinte maneira: se X causa Y, ao observar Y, o cientista presume ter tido X — o que, contudo, é uma falácia formal, visto que Y pode ter sido causado por Z, W etc.

Imagine um cientista tentando desenvolver um remédio contra o HIV, controlando cuidadosamente as condições para evitar a proliferação do vírus. Ele aplica a substância em uma pessoa, que faz os testes e

não é contaminada. E em seguida repete os testes várias vezes, todas com sucesso. Ora, o que supor sobre isso? Que o remédio concedeu a cura? Concluir que sim seria falacioso, pois não necessariamente. Vários outros fatores poderiam estar envolvidos nessa questão — alimentação, idade, recuperação natural ou mesmo a ideia de um placebo. E se outra pessoa se contaminar nos testes?

A ciência realmente tem obtido diversos resultados práticos, como tecnologia e remédios. No entanto, isso é tudo! Como temos dito, correlação não é causação, e seria falacioso atribuímos à ciência o poder de alcançar a natureza das coisas. A constante mudança e contradição em recomendações elementares da ciência evidencia essa impossibilidade. Por exemplo, questões como a confiabilidade das vacinas, a quantidade de doses necessárias e a avaliação do benefício de alimentos como ovo e bacon. Como confiar cegamente?

Devemos colocar a ciência em seu devido lugar, calculando os riscos do seu próprio uso. Não significa que elas são inúteis, mas sim que não podem obter verdades imutáveis. Ou seja, a ciência é uma disciplina totalmente especulativa e irracional sobre a realidade, podendo apenas obter resultados práticos, como tecnologia e conforto. No entanto, mesmo essas conquistas não são mérito da ciência como tal, mas sim resultado da providência ordinária de Deus. Esse é o grande ponto que as pessoas precisam entender.

Assim, é crucial que os cientistas reconheçam as limitações inerentes ao método científico, bem como suas frequentes contradições, e se abstenham de tentar ensinar qualquer verdade. Um exemplo disso é quanto à origem do universo, onde pregam o evolucionismo, contraditório ao ensino bíblico do criacionismo. Veremos mais a respeito quando do capítulo 3, tópico 3, sobre as obras de Deus.

⁴⁰ A base do cristão para a validade de verdade não é apenas o que achamos ser válido, embora possamos utilizar nossos "achismos"

para fins práticos, como alguns remédios. Antes, cremos e vivemos pelo que o Deus criador dos céus e da terra nos diz em sua Palavra, que justifica a validade da verdade pelos seus próprios atributos, seja diretamente ou indiretamente por boa e necessária conclusão.

Ou seja, todo e qualquer particular e universal possui validade apenas quando respaldado pelo próprio Deus, que sabe o que se passa em cada ponto do espaço e do tempo (passado, presente e futuro). Jesus é o Logos ou a Sabedoria de Deus (Jo 1:1), estando toda a Bíblia permeada de raciocínio lógico. No atributo da eternidade de Deus veremos que a lógica não é algo criado, sendo, antes, a forma como Deus pensa e como nós pensamos (somos a imagem de Deus).

Por exemplo, Rm 5:12 ensina que todos nós morreremos porque todos nós pecamos, e o salário do pecado é a morte. Da mesma forma, Gn 8:21,22 promete a estabilidade na ordem do universo, garantindo que o sol nascerá amanhã. Ou seja, Deus estabeleceu padrões no universo e os mantém por seu próprio poder e vontade, sendo precisamente esta a base para confiarmos no que confiamos. Assim, a revelação de Deus na Bíblia é a base para a validade da verdade, e não simplesmente eventuais constatações das nossas sensações.

Ademais, a dedução é válida para alcançar não apenas conhecimento, mas também proposições com certo grau de incerteza, que são justificadas pela providência ordinária de Deus. E sabendo o que pode acontecer, devemos agir com base no risco. Veja Lc 12:54-56, que fundamenta possibilidades (“Tem nuvem no céu, pode ser que chova”), opiniões (“Acho que vai chover”) e atitudes práticas com base no risco (“Vou procurar um local seguro”).

A Bíblia não depende de nenhum outro axioma para se autojustificar, nem mesmo se contradiz. É evidente que teólogos e pastores, especialmente “crentes comuns”, podem se contradizer na tentativa de crescer em lógica, teologia e hermenêutica. Contudo, quando isso

acontece, o problema está em nós mesmos, jamais na Escritura, que é infalível em tudo quanto afirma. Daí porque devemos ser extremamente criteriosos com o que afirmamos ser verdade bíblica.

⁴¹ "Indução completa", quando utilizada, significa dedução, porque no contexto a pessoa possui "onisciência". Isso porque sua conclusão é feita por dedução de um conhecimento singular e completo.

Suponha que eu tenha dez bolinhas em uma mochila, e eu retiro três delas para lhe mostrar. Todas as três são vermelhas. Se você disser que a maioria ou todas as bolinhas devem ser vermelhas, isto é indução, ou o método do empirismo e da ciência, e é sempre falso.

No entanto, suponha que eu tire todas elas. Você conta que há dez, e então você conta que existem sete vermelhas. Se você disser que a maioria das bolinhas são vermelhas, isso não é falso. Baseia-se em "onisciência", ou conhecimento completo, o que é dedução. Nesta base, você pode dizer: "Há dez bolinhas. Existem sete vermelhas. Portanto, a maioria das bolinhas são vermelhas." Isso é correto.

Ainda assim, isso não quer dizer que às vezes podemos conseguir uma indução completa fora da revelação. Esta é apenas uma analogia que não pode realmente representar o que temos na Escritura.

⁴² Assim como não há verdade sem validade, também não há verdade sem autoridade. Isso porque a verdade pressupõe uma autoridade que seja relevante o suficiente para definir a realidade, justificando se algo de fato é real ou não. Então, considerando que verdade é a correspondência com a realidade, qualquer negativa da realidade não possui autoridade e não pode ser verdade. Ou seja, a verdade é autoritária na definição da realidade, impondo-se necessariamente contra a mentira (o que descola da realidade).

Nem todo mundo concorda sobre o que é a realidade, chamando de verdade aquilo que é mentira e vice-versa — é aí que entra a autoridade dos nossos pressupostos. Se forem falsos ou desnecessários, carecerão de autoridade ou serão arbitrários, sendo irrelevantes e devendo ser descartados de imediato. Por outro lado, se nossos pressupostos forem verdadeiros, terão a autoridade necessária para se impor de forma relevante na definição da realidade. Agora, o próximo passo é demonstrar publicamente que nossa cosmovisão possui as pré-condições de autoridade.

O axioma deve ter condições suficientes de autoridade naquilo que afirma como verdade. Quero dizer, se o assunto for metafísica, deve haver onipotência e soberania. Se for epistemologia, deve haver onisciência e validade. Se for ética, deve haver justiça e bondade. E assim por diante. Ou seja, os atributos do axioma devem ser capazes de suprimir qualquer axioma que a ele for contrário, e isso pela simples comparação entre os atributos de cada um. Qual nível de poder, conhecimento e bondade do axioma oponente? Decorre de mero ser humano ou de alguém realmente poderoso e confiável?

Um axioma que dependa de outro axioma em sua essência também não tem autoridade. Ou seja, na verdade esse tal seria o real axioma da cosmovisão. Contudo, se o axioma afirmado negar o axioma pressuposto, teremos uma contradição, e o axioma afirmado se autodestruiria em vários níveis, também na validade (vide nota #37).

Assim, um axioma que não evoca para si condições suficientes de autoridade sequer pode ser autoritário em primeiro lugar.

⁴³ O empirismo prega que todo conhecimento decorre das sensações. No entanto, será que o empirista está preparado para justificar as pré-condições de autoridade com base no próprio homem?

Quanto ao poder, como ele justifica a presença das pré-condições de inteligibilidade em sua mente (vide nota #26)? E a ocorrência de um simples pensamento, como ele explica (vide nota #27)? Além disso, como o doador das leis morais utilizadas em sua cosmovisão garante que o bem será recompensado e o mal, punido (vide nota #29)?

Quanto ao conhecimento (informação verdadeira e justificada), como ele garante ser verdadeiro o que ele acha que é verdadeiro, sem equívocos nem ilusões (vide nota #28)? E numa disputa entre empiristas, quem estaria certo? E se a ética é relativa, como fugir do absurdo lógico e cultural? Como ele justificaria a validade dos universais, incluindo das chamadas “leis naturais” (vide nota #38)?

Quanto à justiça, sobre qual base o legislador e julgador do empirismo atua nas questões éticas? O mero “poder” que alguns homens possuem temporariamente lhes dá o direito de definirem o certo e o errado? Seria aceitável, por exemplo, que o assassinato seja crime hoje, mas permitido e incentivado amanhã, conforme mudanças no governo local da época? E para definir o aborto, como saber quando começa a vida do ser humano? Aliás, a vida humana possui o mesmo valor que a vida dos animais? O que dizer de pecadores definindo a ética para outros pecadores? E as leis morais, elas também devem atingir o interior (motivações etc.)?

Não, não são perguntas retóricas. O empirista, de fato, precisa lidar com todas elas, pois evidenciam que o empirismo não possui as pré-condições de autoridade necessárias para a verdade. Tudo se resume a meros achismos, não conseguindo o empirismo justificar nenhuma proposição. Antes, depende totalmente do cristianismo para isso.

⁴⁴ Todos os problemas do empirismo também são aplicáveis ao cientificismo, que depende das sensações dos cientistas (vide nota #30). Mesmo assim, algumas pessoas se submetem à ciência (ou outros axiomas) porque ela consegue obter resultados práticos,

como automóveis e remédios (vide nota #39). Contudo, isso é tudo? Se o cientista comer fezes, talvez se nutra um pouco. Contudo, isso é motivo suficiente para ele aprovar as fezes como alimento?

Um axioma deve buscar primeiro conhecimento, não resultados práticos. Até mesmo porque esses resultados práticos obtidos decorrem da providência ordinária de Deus, não da ciência em si. Tanto a sensação quanto a ciência são uma bênção se corretamente compreendidas e categorizadas, servindo apenas para fins práticos, nunca para obter verdades. Assim, não devemos utilizá-las para além do que realmente são – limitadas e sujeitas ao Criador.

⁴⁵ Enquanto o empirista e o cientista atribuem às coisas criadas a justificativa das suas pré-condições de autoridade, o cristão as atribui ao Deus onipotente, onisciente e santo do cristianismo. Este é o único sentido em que a Bíblia é arbitrária, não havendo nada nem ninguém maior do que o próprio Deus (vide nota #36).

Sobre o poder, recebemos as pré-condições de inteligibilidade de forma inata, quando Deus nos criou à sua imagem (vide nota #31). Quanto aos pensamentos, eles ocorrem em nossa mente pois Deus os causa, seja ou não na ocasião das sensações (vide nota #32). E Deus garante, ele mesmo, a paga por nossos atos, seja de obediência para o bem ou de desobediência para o mal (vide nota #34).

Em relação ao conhecimento, qual o problema em Deus nos fornecer a sua verdade registrada na Escritura enquanto a lemos ou ouvimos (vide nota #33)? Não precisamos saber de tudo, mas precisamos saber do que Deus quer que saibamos, como dos universais da mortalidade humana e estabilidade da criação (vide nota #40). E naquilo que não sabemos, basta termos nossa própria opinião e agirmos com base no risco. Deus sabe de tudo, incluindo do que se passa no nosso coração, para de fato separar os bons dos maus.

Quanto à justiça, o próprio Deus tem moral e autoridade para definir o que é certo e errado. E aí de quem estiver fora de Cristo! Deus é justo, obedecendo o que entende ser bom para ele mesmo e definindo o que quer que seja lei para os seres humanos. Há algum problema intrínseco nisso? Certamente não.

Então, quem ganharia em um confronto de atributos, o Deus cristão ou o ser humano mais capacitado que já pisou na terra? Quem é mais poderoso, possui mais conhecimento e é mais justo do que meu Deus? Na verdade, haveria algum motivo para confiar nas respostas de um não-cristão? Nenhum achismo, sensação ou tradição humana pode ser o padrão para a verdade! Por outro lado, a Bíblia se fundamenta em quem o próprio Deus é: soberano, onisciente, onipotente, santo, justo etc. É por isso que ela se autoafirma como um todo, se autojustificando em abrangência, validade e autoridade.

⁴⁶ Sim, é possível que você fundamente as pré-condições de autoridade dos seus pressupostos em “deuses” de outras religiões. Mas qual é o registro público para essas informações? Você de fato conhece Allan Kardec, Maomé ou Buda? Nem todo mundo que alega autoridade de fato possui autoridade.

Para ser relevante, você deve não somente arrogar para si alguma autoridade, mas ser irrefutável em sua cosmovisão e deixar isso claro para todo o mundo. Não se engane! Não há mais de um Deus — há apenas o Deus cristão, que possui todos os atributos ilimitados em gênero e grau, incluindo o poder, o conhecimento e a justiça.

⁴⁷ A Bíblia contradiz qualquer axioma que a ela for contrário (e vice-versa), tanto de forma explícita (na própria descrição imediata) quanto implícita (nas entrelinhas ou nas implicações do que está escrito). Não há nada mais claro do que a frase do próprio Cristo em Mt 12:30, que diz: “Quem não é por mim é contra mim; e quem comigo não ajunta, espalha.”

⁴⁸ A apologética (defender argumentos) está, por vezes, contida no evangelismo (pregar o evangelho), o qual, por vezes, está inserido no discipulado (levar os cristãos à maturidade). No entanto, não são necessariamente dependentes um do outro, sendo essas três áreas independentes entre si. Ou seja, posso simplesmente defender minha fé sem um propósito evangelístico, por exemplo.

⁴⁹ A especificação do tipo de apologética decorre dos princípios utilizados. Se iniciar e terminar na Bíblia, temos a apologética bíblica. Por outro lado, se os princípios utilizados forem não cristãos, por mais que o apologeta tente argumentar em favor da Bíblia, temos a apologética empírica (problemática tal qual o empirismo).

Quando falamos de apologética positiva, referimo-nos a defender a fé cristã construindo cristianismo, seja como um todo (bíblico) ou apenas pontos específicos (empírico). Por outro lado, a apologética negativa implica em demonstrar a necessidade do cristianismo (bíblico) ou em destruir a cosmovisão do oponente (empírico).

O argumento bíblico positivo é o dogmático e usa a dedução (notas #50 a #53), enquanto o negativo é o pressuposicional e utiliza a abdução (notas #54 a #56). Já o argumento empírico positivo é variado, empregando a indução e se propondo a provar pontos específicos do cristianismo (nota #57). E o negativo, no contexto cristão, usa a indução e só pode servir como *ad hominem* (nota #58).

⁵⁰ O DOGMATISMO ou RACIONALISMO BÍBLICO é o argumento positivo e direto, cujo propósito é construir e promover a verdade e a necessidade de todo o cristianismo. Consiste em selecionar a Escritura como o axioma e, a partir dela, raciocinar por dedução, construindo a cosmovisão cristã. Ou seja, praticamente aplica o que vimos anteriormente sobre a Bíblia ser o axioma autojustificador em abrangência, validade e autoridade (Pv 26:4).

Assim, o dogmatismo pressupõe a Bíblia como ponto de partida do começo ao fim, 66 livros no total que funcionam como um todo orgânico (vide nota #20). Isso faz com que o argumento avance simultaneamente a veracidade de todas as proposições bíblicas, confessando a Bíblia toda como Palavra de Deus, não apenas um ponto ou outro, como a sua historicidade ou a ressurreição de Cristo. De fato, ser dogmático significa ser cristão.

Em outras palavras, o dogmatismo simplesmente processa e aplica a revelação divina, mantendo-se, ao mesmo tempo, um sistema simples, flexível e abrangente que engloba teologia, filosofia e apologética. É por isso que muitos dos ensinamentos abordados durante as discussões anteriores sobre teologia e filosofia serão revisitados agora, ao explorarmos apologética. Assim, a Bíblia é o fundamento do pensamento do cristão, cujo conteúdo está sistematizado na teologia cristã, igualmente infalível.

Perceba que Bíblia se autojustifica por ser logicamente inegável em seu conteúdo, e não por ser verificável na experiência. Além disso, a Bíblia tampouco se autojustifica porque o Espírito Santo testemunha aos eleitos de que ela é a Palavra de Deus. Embora tudo isso de fato aconteça, a razão para a Escritura ser publicamente provada como verdadeira é o seu próprio conteúdo, nada diferente disso.

⁵¹ O dogmatismo cristão implica que todo o conhecimento está contido na Escritura. Ou seja, uma teologia digna deve derivar exclusivamente de proposições bíblicas, explícita ou implicitamente por boa e necessária dedução. Isso se aplica tanto ao conhecimento público quanto ao conhecimento privado, conforme veremos no tópico 8, capítulo 2, suficiência da Escritura. É o ensino do ESCRITURALISMO, já mencionado na nota #33, que diz respeito a epistemologia em sentido amplo (verdade justificada).

O escrituralismo se fundamenta na infalibilidade de Deus e da Bíblia, no controle divino absoluto sobre todas as coisas e na falibilidade humana (sensações e intuições). Ou seja, a sociedade como um todo e até mesmo a própria revelação geral (interna e externa) só é justificada por causa da revelação especial (Bíblia). Assim, o conhecimento só é possível por quem tem a Bíblia como regra de fé e prática, sendo a única capaz de julgar infalivelmente nossos pensamentos e nossas sensações.

Portanto, afirmar o dogmatismo implica que, se algo não estiver totalmente contido na Bíblia, não há conhecimento, mas sim mera opinião, como no exemplo de "Paulo Vicente vê um carro". Agora, mesmo isso depende do ocasionalismo bíblico, justificado pela epistemologia bíblica, que impõe uma ética cristã de parar e esperar o possível carro passar. É por isso que as Escrituras servem como base epistemológica do cristianismo para julgar e diferenciar infalivelmente a verdade da falsidade e de meras opiniões.

Em resumo, a verdade é definida pela Bíblia, e tudo o que a contradiz é considerado falso. As opiniões, como discutido na nota #2, não chegam a confrontar a Bíblia. Portanto, a apologética dogmática resume-se a construir, de maneira positiva, a cosmovisão cristã, excluindo automaticamente qualquer cosmovisão contrária a ela.

⁵² Muitos negam a necessidade da Escritura simplesmente porque isso implica que ela é a única verdade pública disponível aos homens. Contudo, negar por negar constitui uma falácia, sendo circular negar algo apenas por assumir que esse algo, ou seus efeitos, não podem ser verdadeiros. Portanto, é necessário apresentar uma demonstração racional sobre o porquê a Escritura não pode ser considerada necessária nem exclusivista.

As pessoas desejam ter conhecimento sobre tudo. No entanto, uma opinião já não seria suficiente para embasar certas ações no mundo

real, considerando o risco correspondente? Por exemplo, se acredito que vai chover, por que arriscar e ir à praia? Preciso ter certeza de que não vai chover para decidir ficar em casa naquele dia? Por outro lado, se consideramos conhecimento aquilo que é opinião, estamos equiparando a Bíblia a um mero jornal, sujeito a edições a qualquer momento. Será isso o que desejamos para a Escritura?

Portanto, devemos afirmar que a Bíblia é a única verdade pública disponível aos homens, independentemente das implicações que isso possa ter.

⁵³ Também vale notar que o dogmatismo cristão se difere do mero racionalismo de René Descartes (“Penso, logo existo”), embora ambos raciocinem por dedução. No contexto cristão, o termo “racionalismo” é usado apenas no sentido literal, não no sentido histórico ou popular. De fato, o racionalismo de Descartes representa um avanço significativo sobre o empirismo e o cientificismo, que se baseiam na indução.

No entanto, o mero racionalismo escolhe seu axioma de maneira arbitrária, não possuindo nenhuma autoridade para “forçar” seu oponente a aceitá-lo, e isso impede a autojustificação do axioma. Diversos sistemas racionalistas podem entrar em contradição, tornando impossível determinar qual é o correto. Portanto, o mero racionalismo não consegue estabelecer uma cosmovisão coerente e verdadeira.

⁵⁴ Já o ARGUMENTO PRESSUPOSICIONAL OU TRANSCENDENTAL não é propriamente um argumento, não podendo provar nada de maneira positiva (o que é restrito ao dogmatismo). Ao contrário, é um método negativo e indireto, cuja finalidade é apenas indicar ou evidenciar a necessidade do dogmatismo para a inteligibilidade de qualquer coisa. Isso ocorre porque, em vez da dedução, o argumento

utiliza a abdução, partindo de um Y conhecido ou reconhecido para uma pré-condição necessária X.

A abdução no envolve uma reivindicação, a saber, “Para Y ser possível, X deve ser o caso”. Neste método, Y é algum fato inteligível e indiscutível se e somente se considerarmos X como pré-condição necessária. Como o axioma cristão é o único que se autojustifica, argumentamos que, para qualquer Y possível (p.ex., as pré-condições de inteligibilidade), a pré-condição necessária X é a cosmovisão cristã (p.ex., a imagem de Deus, o ocasionalismo, o escrituralismo etc.).

Além disso, o método abdutivo difere-se da falácia da afirmação do consequente por trabalhar com necessidade, que é o “se e somente se”. Por outro lado, a afirmação do consequente trabalha com possibilidades de causas com base em sensações não confiáveis, que podem ser Y ou Z, não necessariamente X que o cientista acha que é.

⁵⁵ O argumento pressuposicional só é possível porque as pressuposições cristãs são necessárias à inteligibilidade de qualquer proposição, ainda que seja falsa. O cristianismo, então, é a única cosmovisão verdadeira, sendo a base para nossos pensamentos e interações com os incrédulos. Por exemplo, as pré-condições de inteligibilidade são necessárias para compreendermos até mesmo o falso argumento da suposta uniformidade da natureza sem Deus.

Contudo, o ponto crucial é que não é possível afirmar como verdade do cristianismo apenas aquilo que for conveniente. Antes, é uma questão de tudo ou nada, e afirmar ou negar qualquer parte da Escritura implica em afirmá-la ou negá-la integralmente, como um todo. Assim, ao pressupor implicitamente uma parte do cristianismo e negá-lo explicitamente em outra, a cosmovisão não-cristã acaba por se autodestruir em ceticismo epistemológico autocontraditório.

O objetivo do pressuposicionalismo é tornar evidentes esses pressupostos implícitos nas cosmovisões não cristãs e mostrar como eles só fazem sentido dentro do cristianismo. Em seguida, pressionar os ímpios a rejeitarem suas cosmovisões e aderirem ao cristianismo como um todo, pois apenas o cristianismo se autojustifica. Não há como escapar — as cosmovisões não-cristãs sempre se contradizem, e o cristianismo sempre prevalecerá em conflitos entre axiomas.

⁵⁶ O argumento pressuposicional foi desempenhado com maestria por Gordon Clark (1902-1985), embora seja normalmente atribuído a Van Til (1895-1987) e a Greg Bahnsen (1948-1995). Estes, na verdade, pressupõem princípios não-cristãos na argumentação, misturando-os com princípios cristãos, inclusive priorizando aqueles, como a confiabilidade das sensações e a indução. Assim, seria mais justo chamar o argumento de PRESSUPOSICIONALISMO SINCRÉTICO ou de PSEUDO PRESSUPOSICIONALISMO.

Além disso, o problema do argumento de Van Til e Greg Bahnsen não é apenas o fato de utilizar princípios não-cristãos, que são inerentemente irracionais, mas torná-los a própria pré-condição para conhecer a cosmovisão bíblica. Dessa forma, eles também se fecham para fora da Escritura, agravando o problema que já era irreparável. Neste caso, não haveria diferença significativa prática entre os métodos de epistemologia cristã e não-cristã. No final, tal argumento apenas cria outra escola de irracionalismo.

⁵⁷ A apologética empírica positiva se propõe a provar pontos específicos do cristianismo, como a existência de Deus, a divindade de Cristo e a historicidade da Bíblia. Para tanto, utiliza argumentos práticos e existenciais, tais como o evidencial (considerando tudo como evidência de Deus, até mesmo os milagres), o clássico (teologia natural, onde tudo pressupõe Deus) e o histórico (evidências históricas para a divindade de Cristo etc.). Quando abordarmos a

existência de Deus no tópico 1, capítulo 3, examinaremos alguns argumentos clássicos em favor da existência de Deus.

Embora esse método de apologética seja o mais comum entre aqueles que se autodenominam cristãos, ele enfrenta três problemas fundamentais: é infiel, impossível e inútil. Vejamos.

É infiel porque pressupõe princípios não cristãos, como a confiabilidade das sensações e a indução falaciosa. Ou seja, reduz o cristianismo a argumentos práticos e existenciais. No entanto, argumentos práticos nem sempre são convincentes nem verdadeiros. Na realidade, o cristianismo é superior por sua natureza verdadeira, não pelos benefícios práticos e existenciais que possa trazer. É importante esclarecer isso para evitar dúvidas.

Além de ser infiel, tal apologética também é impossível, pois se autodestrói em ceticismo autocontraditório. Ou seja, por um lado utiliza princípios não cristãos, mas, por outro, depende da inteligibilidade que só pode ser justificada pelo dogmatismo bíblico. Assim, é incapaz de construir algo de maneira positiva, equivalendo a construir uma casa na areia. Não importa o argumento empírico utilizado, ele sempre equivalerá a nada.

Por fim, o argumento empírico positivo também é inútil, pois pode favorecer qualquer cosmovisão, não necessariamente a cristã. Por exemplo, se o objetivo é mostrar que o teísmo é superior ao ateísmo, ele pode acabar favorecendo qualquer deus, não necessariamente o Deus cristão. Assim, mesmo se bem-sucedido, não é garantido que alcance o resultado prático desejado. Apenas a Bíblia é verdadeira, e ela é verdadeira como um todo, não em pontos específicos.

Em resumo, uma vez que o empirismo não se autojustifica, os argumentos empíricos tornam-se sempre insuficientes e inválidos. Portanto, em vez de tentar demonstrar que o cristianismo é

verdadeiro segundo o falso padrão de julgamento dos incrédulos, devemos evidenciar a falha do próprio padrão de julgamento deles. Isso só é possível através do verdadeiro padrão de avaliação, que é a revelação de Deus para nós. Essa é a base da apologética bíblica.

⁵⁸ A apologética empírica negativa consiste em argumentar temporariamente a partir de princípios não cristãos, demonstrando a superioridade do cristianismo mesmo em terreno alheio (Pv 26:5). O objetivo não é construir algo de maneira positiva, pois isso é impossível para qualquer argumento empírico, que é sempre insuficiente e inválido. Ao contrário, busca-se simplesmente destruir a cosmovisão não cristã, abrindo um caminho para a construção direta subsequente por meio do dogmatismo.

Esse método destrutivo de apologética é frequentemente chamado de ARGUMENTUM AD HOMINEM, que não se confunde com um ataque pessoal irrelevante. Na verdade, um argumento bem-sucedido dessa natureza é capaz de reduzir a cosmovisão não cristã ao absurdo lógico que nem mesmo o ímpio concorda. Por exemplo, pode resultar no naturalismo, no ceticismo autocontraditório ou até mesmo favorecer proposições bíblicas específicas (Mt 12:25-28).

É sempre indicado reduzir a posição oposta ao absurdo lógico, em vez do absurdo cultural, para evitar que o tiro saia pela culatra e o oponente assuma o absurdo cultural como correto. Por exemplo, é arriscado atacar a ideia de uma ética relativa afirmando que ela implicaria que Hitler estava correto. Ora, e se a pessoa concordar com essa implicação? Na verdade, devemos utilizar o *ad hominem* de forma correta para não dar brechas ao adversário. Ou seja, no caso concreto, devemos afirmar que a ética relativa é falsa porque é contraditória — ela já pressupõe uma ética absoluta (vide nota #29).

Além disso, mesmo um *ad hominem* bem-sucedido não demonstra automaticamente que a cosmovisão do argumentador é verdadeira.

Antes, o foco do ad hominem deve ser apenas levantar questões mais profundas de epistemologia e metafísica, evidenciando posições incoerentes na cosmovisão oposta. No entanto, em seguida, devemos avançar e construir pela apologética bíblica dogmática, permitindo que a cosmovisão verdadeira ocupe o lugar da falsa.

⁵⁹ O cristão deve utilizar a apologética bíblica, ou seja, o dogmático (construtivo, positivo e dedutivo) e o transcendental (indicativo, negativo e abdutivo), juntos ou isoladamente. Além disso, também podemos recorrer à apologética empírica de forma ad hominem (destrutivo, negativo e dedutivo), ou seja, cientes de que serve unicamente à finalidade destrutiva.

Há uma estratégia para analisarmos o argumento dos nossos oponentes. Este passo a passo pode nos ajudar nisso:

1. Defina o assunto;
2. Avalie a conclusão;
3. Avalie as premissas;
4. Avalie as definições;
5. Avalie a forma do argumento; e
6. Verifique a presença de falácias.

Com isso, devemos analisar os primeiros princípios e as proposições subsidiárias do nosso oponente. O objetivo é verificar se o axioma não-cristão satisfaz seus próprios pré-requisitos (abrangência, validade e autoridade). Podemos fazer isso em tom de perguntas, defendendo-nos ou os contra-atacando, assim:

- a) “Por quê?”, o que alude à justificação do axioma, ou se ele fornece informações em quantidade suficiente sobre todas as questões últimas (p.ex., metafísica, epistemologia e ética)
- b) “Verdade?”, o que remete à validade do ponto de partida, ou se ele respeita as leis da lógica, tanto em si mesmo (axioma)

quanto nas informações das questões últimas (sem falácias nem contradições essenciais); e

- c) “E daí?”, o que aponta à autoridade do princípio primeiro, ou se ele possui as pré-condições de autoridade daquilo que afirma ser verdadeiro (sem dependência explícita nem implícita de terceiros).

⁶⁰ É o que falamos no início sobre a Bíblia ser a atividade humana mais importante de todas, autojustificando-se em valor.

⁶¹ Essa distinção entre a teologia bíblica e a teologia falsa se dá pela interpretação da Escritura, que é a HERMENÊUTICA. Se o estudo abranger uma análise nas línguas originais, falamos da EXEGESE.